

MEDIAÇÕES SOCIOTÉCNICAS, POLÍTICAS E AÇÃO CULTURAL: EXPLORANDO TERRITÓRIOS

Marco Antônio de ALMEIDA¹
João Robson F. NOGUEIRA²

■ **RESUMO:** O texto tece considerações acerca de alguns dos processos socioculturais de mediação que objetivam a apropriação da informação por parte dos usuários. Uma questão que merecerá especial reflexão é a de como a ação cultural e as políticas culturais, associadas às novas tecnologias, têm possibilitado a emergência de novos ambientes de informação/comunicação e redimensionado a relação dos indivíduos com a produção, a prática e a própria construção da identidade e da memória cultural. Serão enfocadas as modificações nos processos de produção cultural e de circulação de informações culturais e a maneira pela qual os indivíduos delas se apropriam no cenário contemporâneo das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Nesse contexto, também serão discutidos aspectos relacionados à inclusão digital e às redes sociotécnicas.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologias da Informação e Comunicação. Mediação. Política cultural. Ação cultural. Redes sociotécnicas. Apropriação da informação.

Cultura, tecnologia, mediações³

Nosso ponto de partida é a consideração de que o chamado “fluxo informacional” é produto de uma série de relações sociais

¹ USP – Universidade de São Paulo. Professor da Escola de Comunicação e Artes. São Paulo – SP – Brasil. 05508-020 – marcoaa@ffclrp.usp.br

² USP – Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. Mestrando em Ciência da Informação. São Paulo – SP – Brasil. 05508-020 – jrobson_fn@yahoo.com.br

³ Agradecemos ao CNPq e à FAPESP pelos insumos para essa pesquisa.

histórica e materialmente contextualizadas. No processo de produção, circulação e apropriação das informações entre indivíduos, grupos e instituições, constitui-se uma rica e densa rede de mediações culturais-informacionais. Essas mediações são as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e os conteúdos simbólicos de uma dada sociedade ou grupo social. Um dos sentidos que geralmente se atribuem à ideia de *mediação* é o de servir de intermediário. Cristaliza-se assim a concepção de que essa ação não estabelece apenas uma mera relação entre dois termos de mesmo nível, mas também que nessa relação é produzida uma qualidade suplementar, um estado mais satisfatório (ALMEIDA, 2008). O intercâmbio de conteúdo simbólico sofre uma profunda mudança com as inovações tecnológicas: as interações interpessoais presenciais cedem cada vez mais espaço para as interações mediadas e para as quase-mediadas, ou seja, aquelas que os indivíduos e grupos sociais estabelecem com os conteúdos dos meios e dos aparatos de comunicação e informação, na concepção de John Thompson (1998). Nesse sentido, a socialização do conhecimento e da informação, a partir de processos sociais de ação e/ou mediação cultural, ganha novos sentidos e desdobramentos.

Essa perspectiva é que dá sentido a uma abordagem *cultural* das tecnologias de comunicação e informação (TICs), considerando o conjunto de seus componentes: artefatos, conhecimentos, organizações, instituições, símbolos. Ou seja, mais que um conjunto de práticas e artefatos técnicos, trata-se de todo um sistema de relações sociais, com amplas repercussões na constituição da própria sociedade, e, conseqüentemente, na produção, circulação e acesso aos bens culturais. A intenção do texto é, a partir de algumas questões suscitadas pela utilização dos conceitos de “cultura”, “tecnologia”, “mediação cultural” e “política cultural”, apontar pontos de intersecção e diálogos entre autores e problemáticas, traçando assim uma cartografia da discussão voltada para a reflexão sobre seus usos no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas.

A palavra *cultura*, no latim, possui inúmeros significados, como: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração, etc. A *priori*, cultura era um substantivo que se referia ao processo de ter “cuidado” com algo. A partir do momento em que a palavra passa a ter seu sentido abstrato é que a “cultura” inicia sua complicada história moderna. Indo além das referências físicas,

antes atribuídas ao sentido da palavra, podemos reconhecer três amplas categorias práticas e ativas de uso: o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; o substantivo independente, seja de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, seja de um povo, de um período, de um grupo ou da humanidade em geral e, por último, o substantivo abstrato que descreve as obras práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Este terceiro parece ser hoje, frequentemente, o sentido mais difundido, usado para caracterizar a música, literatura, escultura, cinema, teatro, museu. Enfim, o uso social e antropológico, em constante expansão, dos termos “cultura” e “cultural” e de formações como “subcultura” tem ocultado ou diminuído a hostilidade e o mal-estar que lhes são associados, exceto em algumas áreas. Esse uso recente do “culturalismo” para indicar um contraste metodológico com o estruturalismo na análise social mantém muitas das dificuldades que existiam antes, e nem sempre a hostilidade é evitada (WILLIAMS, 2007).

Com relação ao conceito de *tecnologia*, se remontarmos à raiz grega do termo, uma definição seria a de uma descrição das artes, consideradas na sua dimensão de técnicas ou ofícios, em especial as mecânicas. Técnica é uma construção ou método específico e tecnologia, um sistema desses meios e métodos. Uma das abordagens fecundas em matéria de história das técnicas foi a de Bertrand Gille, que falava em “sistemas técnicos” para caracterizar as épocas da tecnologia: um sistema técnico seria o conjunto das coerências que se tecem, em uma época dada, entre as diferentes tecnologias (SCHEPS, 1996). Por outro lado, não podemos esquecer que a técnica é, também, um produto do social, e que os desequilíbrios sociais são, hoje, ainda maiores do que as incertezas geradas pelas “novas tecnologias”. Enfim, os inúmeros significados do termo “técnica” nos remetem ora a conhecimentos e procedimentos específicos, ora a objetos e até mesmo a organizações.

Já o termo *mediação* é um caso típico daqueles conceitos-chave que, por força de sua abrangência temática e do acúmulo de discussões relacionadas, acabam por se impor à comunidade intelectual mais ampla, independentemente de consensos a seu respeito. Para as Ciências Sociais, a noção de mediação está intrinsecamente ligada às chamadas “teorias da ação”, ou seja,

está sempre articulada a sistemas mais amplos e a processos de compreensão intersubjetiva. Isto introduz a questão do papel do agente ou do ator – a mediação humana – nos processos através dos quais as ações são coordenadas. Davallon (2003) considera como um dos sentidos de senso comum, atribuídos à ideia de mediação, a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Cristaliza-se desse modo a concepção de que essa ação não é o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que em si ela é produtora de um “algo a mais”, de um estado mais satisfatório.

De um modo geral, foi essa perspectiva que se generalizou principalmente nos campos da Comunicação e da Ciência da Informação, a ideia de que um comunicador/profissional da informação (independentemente de sua denominação profissional) cumpriria uma função de “mediador” (ALMEIDA, 2008). Entretanto, essa concepção pouco explicitada e discutida de mediação acabou por cobrir coisas muito diferentes entre si, como as velhas concepções de “atendimento ao usuário”, a atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –, a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), a elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação, etc. Na medida em que uma definição consensual de mediação parece quase impraticável, faz-se necessário, porém, um balanço crítico da maneira como o conceito tem sido utilizado e discutido pelas Ciências Sociais Aplicadas, especificamente nas áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Portanto, torna-se importante atentar não só aos diversos níveis sociais onde o fenômeno da mediação cultural e da informação se processa, mas também às inter-relações entre os mesmos, desde as formulações dos gabinetes ministeriais até o seu enraizamento nas práticas comunitárias locais.

Embora o conceito de mediação seja bastante complexo, vale destacar seu valor estratégico para abordar as relações entre mudança social e mudança tecnocientífica. Diversos pensadores reforçam essa perspectiva, como, por exemplo, Bruno Latour (2000), Michael Callon (2004), Bernard Miége (2009) ou Josiane Joüet (1997). Esta última defende uma abordagem dessas transformações baseada na ideia de uma “dupla mediação”: ao

mesmo tempo técnica, pois a ferramenta utilizada estrutura a prática, e social, já que “os motivos, as formas de uso e o sentido atribuído à prática se alimentam no corpo social” (JOÛET, 1997, p.293).

Buscando refletir acerca de uma abordagem que considere a “dupla mediação”, vale destacar a contribuição de Bernard Miège para o tema, especialmente ao focar as tecnologias de informação e comunicação (TICs). No seu entender, para abordar a questão da inovação sociotécnica em matéria de TICs, é necessário atentar para duas linhas de força convergentes e complementares: a) as determinações da ordem da esfera técnica; b) os processos que contribuem para o “enraizamento” social das TICs. (MIÈGE, 2009). Com relação a esse último aspecto, Miège utiliza o termo “enraizamento” social das TICs com cautela, alertando para o risco de soar um pouco ambíguo, ao dar a entender que a tecnologia seria algo produzido num lugar fora do social e para lá transplantado posteriormente – o que seria contraditório com sua perspectiva. Na realidade, com essa expressão, Miège pretende apontar para os fatores que levam os indivíduos a se apropriarem das tecnologias, incorporando-as ao seu cotidiano, num processo que muitas vezes implica na combinação e reconfiguração de novos usos para as ferramentas e na criação de novos hábitos e atitudes sociais.

Essa apropriação sociocultural da tecnologia envolveria, na sua perspectiva, uma série de processos. Ele aponta sete: a) a informacionalização; b) a mediatização da comunicação; c) a ampliação do domínio midiático; d) a mercantilização das atividades comunicacionais; e) a generalização das relações públicas; f) a diferenciação das práticas; g) a circulação dos fluxos e a transnacionalização das atividades (MIÈGE, 2009). Em conjunto, estes processos podem ser entendidos como “lógicas sociais” da informação-comunicação, que, embora possuam de certa forma uma dinâmica própria, independente das TICs, recebem delas, por outro lado, impulsos dinâmicos que as vão conformando no decorrer do tempo.

A perspectiva de Miège aponta a importância de tentar enlaçar e combinar os níveis “macro” e “micro” da análise num mesmo movimento de compreensão do real. De um lado, considerar a dimensão política, econômica e social das atividades infocomunicacionais que implicam nas inovações e experimentações de novos suportes e ferramentas. De outro

lado, não perder de vista a articulação entre as TICs e a produção de mensagens e sentido, bem como o “enraizamento” social das tecnologias traduzido, entre outras, pela atividade dos usuários-consumidores no aperfeiçoamento dos dispositivos e ferramentas.

Cultura e tecnologia na sociedade da informação

O que sobressai, no cenário contemporâneo, é a associação das atividades de mediação cultural às novas tecnologias. A concepção de tecnologia que adotamos retoma o sentido original da palavra grega *teckné*, recuperando a noção de técnicas de produção como o conjunto de meios necessários para atingir determinado objetivo de produção (quer se trate de produções “materiais” ou de produções “imateriais”). O conjunto de tecnologias de informação e comunicação (TICs), assim compreendido, é muito diverso, pois vai dos conhecimentos e das habilidades às ferramentas e máquinas, passando pelos sujeitos, organizações e instituições (que fixam as regras e as normas), sem esquecer as representações simbólicas que produzem.

Nossa hipótese é de que as TICs – especialmente a internet – multiplicaram os canais de expressão dos “consumidores culturais” – no sentido empregado por De Certeau (2004) –, ampliando o espaço de produção e circulação de informações culturais e modificando os circuitos de mediação. Sites, blogs e redes sociais tornaram-se importantes fontes de informação e de comunicação para indivíduos e grupos sociais. Vale lembrar, por outro lado, que estes instrumentos se conectam às formas presenciais de organização dos indivíduos e/ou às suas práticas culturais, característica importante a ser considerada na pesquisa empírica desses fenômenos.

A questão em foco, apontada por autores como Manuel Castells e Pierre Lévy ainda na década de 1990, diz respeito à disseminação de um volume cada vez maior de informações pelas TICs e às formas de construção coletiva do conhecimento e de organização da sociedade em redes (CASTELLS, 1999; LÉVY, 1999). Torna-se corrente, aos poucos, a discussão de como os ambientes sistêmicos de recuperação da informação se modificaram a partir das novas condições tecnológicas virtuais, que reconfiguraram, inclusive, as formas pelas quais compreendemos o fenômeno da informação-comunicação. O

relacionamento dos usuários com a informação e entre si muda de foco:

A miscigenação entre conteúdos institucionalizados e públicos, somados às vozes dos especialistas e dos atores da vida cotidiana, desmembrou a solidez das garantias antes seguidas para representação e organização do conhecimento. [...] As práticas de colaboração, cooperação e associação entre interlocutores da rede tem sido um critério condicionante de validação de muitas das ações de busca da informação na Internet (GRACIOSO, 2008, p.159-162).

O que se percebe é que, cada vez mais, a possibilidade de fruição, compreensão e crítica das obras culturais depende do acesso a uma série de informações relacionadas a elas. O que presenciamos atualmente retoma, de certo modo, a concepção clássica da crítica como um julgamento de valor esclarecido e informado. O que ocorre, diferentemente de épocas anteriores, é que as TICs configuram agora a possibilidade de criação de espaços menos hierárquicos de circulação dessas informações, podendo fazer de cada leitor um coautor, um potencial crítico ou um mediador da informação cultural.

Essa perspectiva de construção e partilha de conhecimentos também recoloca sob outro prisma a questão da inclusão digital. Partiremos da premissa de que a capacidade de acessar, adaptar e criar novos conhecimentos por meio das TICs é decisiva para a inclusão na nossa época, a propalada “Sociedade da Informação”. Dessa forma, o acesso é decisivo para a inclusão social. Para Mark Warschauer (2006), existem dois modelos de acesso mais comuns: equipamentos e conectividade. Entretanto, por si só eles não são suficientes quando pensamos em uma utilização mais plena das potencialidades da WEB, o que torna necessário pensar num terceiro fator, que é o letramento.

Na sua argumentação, Warschauer aponta que o acesso às TICs que se dá pelo equipamento (posse) é o mais simples e limitado, pois restringe-se ao acesso às tecnologias pela posse dos objetos; representa um primeiro passo, porém só isso não é suficiente. Como não basta apenas o acesso a um equipamento, como segundo passo é necessário haver equipamentos interligados, conectados com uma linha de fornecimento regular. Esse processo é mais lento se comparado com a posse do equipamento, porque uma infraestrutura precisa

necessariamente ser estabelecida antes e porque uma taxa mensal regular desestimula/dificulta o acesso. Ainda que a conectividade proporcione um avanço em relação ao modelo baseado só em equipamentos, o que é mais importante não é tanto a disponibilidade do equipamento ou da rede de internet, mas sim a capacidade pessoal do usuário de fazer uso do equipamento.

Restaria, portanto, um terceiro aspecto do acesso, relacionado ao *letramento*, intimamente ligado aos avanços da comunicação humana e aos meios de produção do conhecimento. O *letramento* pressupõe habilidades de leitura que tornem o usuário capaz de processar e utilizar a informação. Desse modo, o *letramento* e o acesso à tecnologia digital envolvem não apenas a recepção da informação, mas também seu “processamento”. Configurar-se-ia assim a dupla face da exclusão: de um lado a grande exclusão associada ao *letramento* (considerado nos seus diversos aspectos) e de outro a exclusão digital (envolvendo os aspectos de recursos físicos/acessibilidade/habilidades).

O quadro a seguir, adaptado de Warschauer (2006, p.65), traça paralelos e estabelece diferenças entre a esfera do *letramento* e a esfera do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs):

Quadro 1

	Letramento	TICs
Estágio de comunicação	Escrita, impressão	Comunicação mediada por computador
Era econômica	Capitalismo industrial	Capitalismo informacional
Artefatos físicos	Livros, revistas, jornais, etc.	Computador
Organização do conteúdo	Romances, contos, ensaios, artigos, relatórios, poemas, etc.	Websites, correio eletrônico, mensagens instantâneas (também)
Habilidades receptivas	Leitura	Leitura e interpretação de multimídia, busca e navegação
Habilidades produtivas	Escrita	Escrita; autoria e edição de multimídia

Adaptado de Warschauer (2006, p.65)

A partir desse breve esboço podemos concluir que o letramento não é uma habilidade neutra em valor e isenta de contexto; pelo contrário, a condição de ser letrado sempre se refere a ter domínio sobre os processos por meio dos quais a informação culturalmente significativa está codificada.

Podem parecer, à primeira vista, que o ato de informar-se seria algo bastante simples – o que não é verdade. A multiplicação da quantidade de informações e o “ruído” decorrente antes dificultam do que facilitam esse processo. Além disso, seria necessário refletir acerca das estruturas de interpretação utilizadas para passar da recepção dessas informações à sua “organização” e incorporação como conhecimento. Há que se reconhecer que o termo “conhecimento” é um pouco vago, especialmente quando seu uso prolifera em expressões tão abrangentes como “Sociedade do Conhecimento” ou “Gestão do Conhecimento”. O que se quer salientar aqui, entretanto, é que a informação é secundária em relação aos sistemas de conhecimento, aos esquemas socioculturais de interpretação que dão à informação seu status e seu valor. São esses quadros de interpretação simbólica que permitem separar a informação relevante do “ruído” provocado pelo incessante e sempre crescente fluxo informacional. Cabe interrogar, portanto, de que maneira esses quadros simbólicos de interpretação são construídos e compartilhados. O letramento possibilita o desenvolvimento ou o desenvolvimento desigual restringe o acesso das pessoas ao letramento? Em realidade, o letramento se dá através de um conjunto de práticas sociais e envolve diversos recursos, como artefatos físicos, conteúdos relevantes transmitidos por meio desses artefatos, conhecimentos e atitudes adequadas dos usuários, além dos tipos certos de comunidade e de apoio social. No atual contexto, as mídias sociais desempenham um importante papel nesse processo.

Principais responsáveis por essa série de mudanças, as mídias sociais (alguns as denominam plataformas sociais) possuem características que as diferenciam fundamentalmente das mídias tradicionais, como livros, jornais, televisão ou rádio. Elas podem ser vistas como ferramentas *online*, projetadas para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. Basicamente, as mídias sociais dependem da interação entre pessoas, porque é a partir da discussão e da integração entre

elas que o seu conteúdo será construído e compartilhado, usando a tecnologia informacional como recurso. Compreendem, assim, atividades diversificadas que integram tecnologia, interação social e construção/circulação de textos, fotos, vídeos e áudios. As plataformas sociais possibilitariam, seguindo as sugestões de Umberto Eco (1986), a ampliação das competências enciclopédicas e intertextuais dos consumidores culturais contemporâneos. Um dos aspectos mais interessantes desse processo consiste no fato de que ele está se desenvolvendo de forma coletiva e colaborativa, colocando em xeque alguns pressupostos relativos às clivagens socioculturais decorrentes das diferenciações relacionadas à posse de atributos educacionais, institucionais, econômicos e de outra natureza que permeariam o universo das práticas culturais. A intertextualidade característica da produção cultural pós-moderna, que configura o horizonte de expectativas dos leitores, ouvintes e telespectadores, tornou-se, graças às novas tecnologias, em alguma medida, também acessível aos consumidores culturais.

Identidades, economia e políticas culturais

Se ainda é prematuro falar-se num processo de “democratização” do acesso à informação cultural e de novas práticas dos usuários, fica patente, por outro lado, que o processo tecnológico em curso descortina possibilidades inéditas e promissoras nesse sentido. Esse cenário estimula a se repensar políticas de informação e cultura a partir de novas perspectivas, considerando-se desde a sua formulação mais geral até o seu impacto local, percorrendo-se assim toda a cadeia de mediações que vai do macronível do Estado ao micronível do usuário-cidadão. Provisoriamente, consideraremos no âmbito desse texto um enfoque sobre a mediação a partir das práticas de ação cultural e das políticas culturais, tomando-as como um caso exemplar de mediação da informação cultural (em suas diversas acepções, que não iremos detalhar aqui). Entretanto, um breve parêntese para esclarecer melhor alguns termos se faz necessário. Newton Cunha dá uma definição bastante geral, mas que nos será útil como ponto de partida:

Genericamente, pode-se dizer que a ação e a animação culturais têm em comum propor, estimular ou tornar possíveis conhecimentos, experiências simbólicas, sociais e também sensitivas (corporais),

e por tais meios instituir um sentido e um ideal de *formação aprimorada e de hábito*, tanto de um ponto de vista individual quanto coletivo, assim como apoiar a realização de obras ou subvencionar artistas ou autores em processo de criação (CUNHA, 2011, p.62). (Grifos do autor).

Newton Cunha nos remete a Niklas Luhmann e à sua concepção de sistemas sociais, nos quais a comunicação exerce papel preponderante. Os meios de comunicação, no caso, além de permitirem a intercompreensão mútua entre os atores sociais, também são um elemento motivador dos mesmos, na medida em que sugerem visões de mundo, possibilidades de ação e potenciais resultados. Os meios de comunicação, como expressão do poder e enquanto poder, buscam delimitar o espaço de seleção dos atores sociais – sejam eles classes sociais, grupos de interesse, coletividades, instituições ou indivíduos. Assim, nas sociedades contemporâneas complexas, “[...] os códigos comunicativos podem tornar-se diferentes e concorrentes, condicionando relações de poder e de verdades, de aceitação ou recusa de valores, de consenso ou conflito de objetivos” (CUNHA, 2010, p.40). A partir dessa perspectiva, o autor aponta as relações estabelecidas entre “ação cultural” e “política cultural”:

[...] a ação cultural elaborou-se historicamente como forma de atividade simbólica e sociopolítica, a partir de projetos e no interior de organizações da *sociedade civil* (e assim permanece até hoje em vários lugares e situações diversas). Portanto, o que mais tarde veio a ser denominado *política cultural* corresponde a uma ação cultural institucionalizada e assumida pela esfera pública, que pode variar segundo representações ideológicas e entendimentos do papel do Estado (CUNHA, 2010, p.40-41). (Grifos do autor).

As políticas culturais envolvem, portanto, desde instituições (governo, ONGs, associações) até aparatos infraestruturais e agentes humanos (gestores, técnicos, usuários) em diversos níveis. Podemos considerar, do ponto de vista heurístico, o estabelecimento de três níveis de mediação: um nível macro, referente à formulação mais ampla das políticas; um nível intermediário, relacionado a arranjos institucionais locais; e, finalmente, um nível micro, que envolveria propriamente os usuários/beneficiários dessas redes, assim como os programas e sua interação com os mesmos. Um aspecto suplementar, que

torna essa discussão ainda mais complexa, é o deslocamento do termo “cultura” para o campo da economia e sua reapropriação no âmbito da formulação de políticas públicas de cultura em todos os níveis (do nacional ao local). A compreensão da prática cultural na contemporaneidade é algo bastante complexo, uma vez que diversos fatores atuam fortemente na transformação “[...] daquilo que entendemos por cultura e do que fazemos em seu nome” (YÚDICE, 2006, p.27). No atual contexto, o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas sociopolíticas e econômicas, ao mesmo tempo em que suas noções convencionais se esvaziaram ou mudaram de sentido. Muitas vezes ela é usada diferentemente da ideia de “transcendência espiritual” que outrora se extraía através da arte. Atualmente a cultura é muitas vezes usada “enquanto recurso para se atingir um fim” (YÚDICE, 2006, p.52).

O autor problematiza a utilização do termo cultura no mundo contemporâneo na medida em que, cada vez mais, ela passa a ser considerada como um recurso. Pensar a cultura como recurso, nesse caso, não se limitaria apenas a apontar o seu simples papel de mercadoria. No atual contexto, os recursos culturais, assim como os naturais, não comportam uma exploração pura e simples. Mais do que isso, o que se deve buscar é o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento em cultura. Yúdice (2006) enxerga na arte e na cultura um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de determinadas comunidades. É a economia cultural utilizando-se da cultura como recurso para outros fins – vale aqui considerar também as contribuições de Paul Tolila (2007) ao tema. A arte e a cultura acabam por cobrir espaços não preenchidos pelo Estado, que, pressionado pelas políticas neoliberais, transferiu progressivamente para a sociedade civil a responsabilidade pela assistência social da população. A cultura – assim como a educação, a religião, o esporte e o lazer – assume papel de poder público, com funções pedagógicas e disciplinares. Nesse contexto, a promoção da cultura como recurso requer a adoção de uma estratégia orientada pelos processos de gestão, entrando em choque, portanto, com a premissa gramsciana que define a cultura como um terreno de luta. Ambas as perspectivas disputam espaço no cenário atual e podem ser percebidas na dialética concreta das muitas experiências em andamento. O autor conclui que é

possível apropriar-se dos avanços tecnológicos e cultivar uma comunidade interativa e de oposição (TOLILA, 2007). Já Yúdice (2006) sugere que as instituições e ONGs devem financiar uma “alfabetização crítica”, pois o reconhecimento das diferenças culturais por si só não é suficiente (o que, no atual cenário das TICs, ecoa as reflexões, mencionadas anteriormente, acerca da inclusão digital na perspectiva de Warschauer).

Nesse sentido, torna-se necessário um aparato de informação (envolvendo recursos físicos e humanos) cada vez mais amplo e sofisticado para gerenciar as políticas culturais. No âmbito de algumas iniciativas do Ministério da Cultura⁴ e de outros órgãos de fomento da cultura, isso é perceptível na elaboração de programas, na abertura de linhas de crédito e na formação e qualificação de pessoal técnico apto a lidar com esse aspecto de “gestão” das políticas culturais nos diferentes níveis de incidência das mesmas. No entanto, valeria a pena estabelecer uma distinção inicial entre duas vertentes complementares de ação nessa área: de um lado, políticas de apropriação da informação cultural; de outro, políticas culturais de apropriação da informação (numa perspectiva mais propriamente de inclusão digital-cultural).

Uma das formas convencionais de uso da cultura é seu direcionamento como um recurso para a melhoria das condições sociais – como na criação de tolerâncias multiculturais e de participação cívica – e no crescimento econômico – através de projetos de desenvolvimento cultural urbano, como a proliferação de museus para o turismo cultural –, sendo “[...] quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura” (YÚDICE, 2006, p.27), em detrimento de suas definições mais tradicionais. De um ponto de vista “ideal”, pode ser interessante para um governo que a cultura se desenvolva nas localidades mais remotas: através do capital humano extraído da arte e das tradições, a autoestima da comunidade é mantida, capacitando-a para suportar os traumas e as perdas da vida cotidiana, além de revitalizar os espaços sociais e gerar recursos através do turismo e do artesanato.

⁴ O comentário vale para as ações do MINC nas duas gestões que tiveram à frente do órgão os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. No período de um ano da gestão da ministra Ana de Hollanda (2011), entretanto, o que se pôde observar foi uma descontinuidade em relação às políticas anteriores de integração e inclusão cultural por meio da internet e tecnologias digitais, compreendendo a discussão de direitos autorais, livre circulação de material cultural pelas redes e formação e capacitação de agentes culturais via Telecentros e Pontões Culturais.

A compreensão da cultura como campo crucial de investimento faz com que ela seja tratada como qualquer outro recurso, sendo que em países diversificados culturalmente, como o Brasil, os investimentos em cultura se fazem apenas em relação às manifestações culturais específicas, as quais apresentam mais possibilidade de retorno – mesmo que de forma indireta – como incentivos fiscais, valor publicitário ou a comercialização da atividade cultural, não importando muito se os valores culturais dos residentes serão compreendidos e honrados quando esses recursos forem destinados. Para Yúdice (2006, p.34), “[...] o resultado final é que as instituições culturais e financiadores estão cada vez mais voltados para a medida da utilidade, pois não há outra legitimação aceita para o investimento social”. A ideia de que as necessidades decorrentes das diferenças culturais de um povo deveriam ser reconhecidas se transformou num poderoso argumento e encontrou receptividade em vários fóruns internacionais. À medida que a identidade social é desenvolvida num contexto cultural coletivo, discute-se a necessidade de se reconhecer as diferenças e os contextos nos quais são estabelecidas as noções de responsabilidade e direitos desenvolvidos na comunidade. Como afirma Yúdice (2006), os direitos culturais são ambíguos e difíceis de serem aplicados a diferentes contextos, além de terem menor prioridade que os direitos individuais no que diz respeito aos tratados internacionais. Os direitos econômicos também se sobrepõem aos direitos culturais, pois são calcados em fortes leis internacionais, enquanto os outros nem mesmo jurisdicionados são.

A cultura é uma condição necessária para a formação da cidadania, uma vez que cria espaços onde as pessoas se sintam seguras e “em casa”. Os direitos culturais, que conferem equidade em relação a vários perfis identitários, competem com o contexto jurídico-normativo defendido pela classe hegemônica, na medida em que implicam que grupos unidos por certos aspectos socioculturais devem participar das esferas públicas da constituição política do Estado, restringindo assim o seu poder de decisão sobre a vida das comunidades. Nessa perspectiva, a cultura serve como garantia para fazer reivindicações de direito no terreno público, onde a estrutura social toma precedência sobre a identidade, uma vez que uma política de reconhecimento é geralmente uma forma de se chegar a reivindicações pela inclusão

social ou política para grupos desestabilizados estruturalmente. Grande parte das reivindicações políticas baseadas em grupos não se reduz apenas à preservação do significado cultural, sendo que a cultura diminui de importância à medida que a utilidade da reivindicação da diferença seja legitimada. O mesmo capitalismo que, através das TICs, cria uma nova divisão internacional do trabalho cultural e um grande número de redes para fins de acumulação, também possibilita a tessitura de redes de todos os tipos de associações afins trabalhando em solidariedade e cooperação. Assim, a cultura “[...] se aproxima da comunidade, expressa a busca da justiça social e os direitos do cidadão, além de ser sobredeterminada pela penetração da lógica do capital nos recessos ainda recônditos da vida” (YÚDICE, 2006, p.44).

As comunidades virtuais em rede têm se popularizado de forma a abarcar uma variedade imensa de possibilidades comunicacionais e formas de experimentação da realidade, resultando em diferentes graus de experiência e de tipos de apropriação que delas resultam. As TICs mudam de forma rápida e profunda o modo como nos comunicamos com outras pessoas e nos relacionamos com os diversos fluxos informacionais locais e globais. A apropriação dessas tecnologias é continuamente reinventada, conforme possibilidades são exploradas e outras caem em desuso, assim seus limites comunicacionais são modificados e expandidos de forma constante. Para Recuero (2009), essas ferramentas condicionam a mobilização de pessoas em causas comuns, sendo “a linha de frente de linhas de apoio”.

Segundo Bauman (2003), a busca pela formação de comunidades surge em decorrência da fragilidade do Estado em apoiar os indivíduos mais fracos e desamparados, num contexto social onde reina a competição, a insegurança e a desconfiança. Para ele, o sentimento comunitário é um “sentimento recíproco e vinculante”, cuja vontade de se manter unido a outras pessoas se sobressai às diferenças e fatores que os separam. Porém, os indivíduos não procuram mais grupos a que “poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo” (BAUMAN, 2003, p. 20). Para Hall (2005), uma coisa que a identidade não indica é a existência de um núcleo estável, mantido do começo ao fim, mesmo com todas as vicissitudes de uma história de constantes mudanças. Mas, como afirma este autor, a necessidade de construção, ainda que passageira, dessas comunidades, é cada vez mais sentida,

uma vez que a globalização mina e desregula as características que outrora davam controle, certeza ou segurança às pessoas. Enquanto a comunicação ocorrer de forma flexível na comunidade, a criatividade e o consenso que se estabelecem entre os usuários sobre determinados assuntos – que afloram do debate e troca de ideias – terão maiores oportunidades de ocorrer. Uma maior interatividade condiciona um ambiente amigável e agradável, que dá ânimo à participação social, podendo estendê-la para além dos espaços de conversação digitais.

Na história moderna, a identidade nacional tende a se sobrepor a outras fontes mais particularistas de identificação cultural. Através de suas estratégias de formação de sentidos, o discurso da cultura nacional forma “uma trama que nos prende invisivelmente ao passado” e é usada para dar sentido ao mundo e às práticas cotidianas (HALL, 2005, p.52). A posse comum de um rico legado de memórias do passado, assim como a necessidade de vivê-las em conjunto, faz com que aflore o desejo de se perpetuar toda essa herança para as gerações futuras. Porém, mesmo com a forma pela qual as culturas nacionais “[...] tentam costurar as diferenças numa única identidade, como se fossem tão unificadas ou homogêneas quanto fazem crer as representações que delas se fazem” (HALL, 2005, p.65), o processo de globalização vem deslocando as identidades culturais para locais onde passam a ser brutalmente modificadas e construídas a partir de outros repertórios. Assim, há três possíveis consequências da globalização sobre as identidades nacionais. Na primeira, elas estariam se “desintegrando” como resultado do crescimento da homogeneização cultural; a seguinte define que elas, juntamente com outras identidades “locais”, estariam sendo “reforçadas” pela resistência à globalização; e a última poderia ser a de um declínio das identidades nacionais, cada vez mais substituídas por novas identidades híbridas (HALL, 2005, p.69). A tensão entre global e local cria diversificadas formas de identidades e modifica manifestações culturais que antes estavam protegidas pelas barreiras geográficas ao redor do planeta – apesar de ainda existirem muitas desigualdades de conexão ao redor do globo.

O ciberespaço não possui nenhum princípio organizador, nem se desenvolve de maneira única, mas é atravessado por diferentes divisões sociais que, ao mesmo tempo em que desarticulam identidades antes estáveis, criam uma variedade de outras com diferentes graus de hibridização – decorrentes de novas

capacidades humanas, novos sentimentos identitários e novas formas de organização do conhecimento –, e mantém culturas e histórias mantidas há muito tempo através de sentimentos de interesse e fascínio pelo local, pelo que é diferente e único. Hall propõe que pensemos em uma nova articulação entre “o global” e “o local”, onde são produzidas, simultaneamente, novas identidades globais e novas identificações locais (HALL, 2005, p.77-78). Desse modo, tanto o liberalismo quanto o marxismo davam a entender que o apego ao local e ao particular era uma maneira de reproduzir formas arcaicas em meio aos valores universais e cosmopolitas que se instaurariam nas sociedades pós-modernas, substituindo tradições e memórias por identidades mais racionais e universais. Para Hall (2005, p.97), a globalização não produz nem o “triunfo do global” nem a persistência da “velha forma nacionalista do local”, mas deslocamentos e desvios cada vez mais variados e contraditórios.

O diversificado repertório informacional da globalização, apresentado de forma arbitrária e sem conexão entre si, favorece a desvalorização do passado, mas, a partir da instauração de comunidades culturais no ciberespaço, que se torna um local de práticas sociais, a ideia de perda da memória pode ser substituída pelo favorecimento da divulgação e manutenção de conteúdos e práticas culturais através desses ambientes como forma de resgatar a memória e de dar sentido ao mundo. O fortalecimento de identidades é muitas vezes visto como resultado de uma estratégia defensiva contra a exclusão social e cultural.

Ciberespaço & identidades: política e ação cultural

A comunicação mediada pelo computador muda profundamente as formas de organização, identidade, conversação, difusão e mobilização social. A partir desse pressuposto, revela-se a necessidade de se abordar essas plataformas sociais através de estudos empíricos que busquem a observação desses fenômenos com o intuito de se verificar padrões e teorizar sobre os mesmos. Trata-se de “estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas” (RECUERO, 2009, p.31). Para a autora, a observação dos “rastros” deixados pelos usuários através da interação e da comunicação que estabelecem com outros atores

permite não só o reconhecimento dos padrões de conexão entre eles, mas também entender “[...] como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas” (RECUERO, 2009, p.22).

Apesar de muitos autores sugerirem que relações mediadas pelo computador restringem o contato social mais íntimo, permitindo apenas os relacionamentos pautados em laços mais fracos, Recuero (2009) afirma que a Internet, ao criar novos espaços de interação, proporcionou a desterritorialização dos laços sociais, permitindo assim flexibilizar a criação e manutenção de laços fortes e múltiplos mesmo separados a grandes distâncias, principalmente em grupos que utilizam vários suportes para interagir, facilitando assim o aprofundamento desses laços sociais.

As relações sociais que se estabelecem no interior de comunidades, e entre elas no ciberespaço, geram um capital social que varia de acordo com a intensidade do relacionamento entre os indivíduos, a confiança interpessoal e o compartilhamento do perfil cognitivo gerado através da reciprocidade dos relacionamentos. O capital social permite formas mais igualitárias de participação, pois promove uma maior conscientização dos direitos de seus membros, além de conferir um maior apoio emocional através de processos psicossociais. Segundo Costa (2005), capital social significa a coerência cultural e social no interior dos relacionamentos pessoais, sendo governado pelas normas e valores estabelecidos por eles próprios. Ele é constituído por um conjunto de elementos cognitivo-organizativos, tais como confiança mútua, normas de reciprocidade e solidariedade, como também por elementos estruturais, como o engajamento cívico em redes de associação, que facilitam a coordenação e cooperação de ações coletivas para o alcance de benefícios mútuos, pois melhoram o fluxo de informação, que encoraja a interação e interconexão das relações sociais.

Para executar, portanto, uma primeira aproximação empírica do fenômeno, desenvolvemos uma pesquisa que envolveu a observação de alguns casos de mediação cultural a partir de plataformas sociais focadas na preservação e disseminação de conteúdos relacionados a práticas culturais populares e que apresentassem como características principais a troca de ideias, informações e experiências de forma democrática e participativa.

As análises referem-se a uma metodologia de coleta de dados em diferentes plataformas relacionadas a conteúdos diversos, porém que abarcassem o tema da cultura brasileira. A análise levou em conta a atualidade dos comentários, o tempo de duração da conversação, se ela manteve-se centrada em finalidades específicas ou se serviu somente para prolongar a conversa como forma de se “manter visível” para os outros usuários, além de outras características relacionadas aos motivos de seu início e fim. A análise centrou-se nos processos comunicativos gerados em uma amostra selecionada dos dados coletados, que demonstrasse empiricamente a aplicação do referencial teórico, resultando em deduções quanto à participação dos usuários na proposta do portal, as estratégias empregadas nos processos comunicativos e os sentidos envolvidos no relacionamento com os outros atores. Em função do espaço, selecionamos para este texto dois casos à guisa de exemplo.

O primeiro caso analisado foi o *Portal Capoeira* – com quinhentos e noventa e nove membros – editado pelo professor Luciano Milani, com a colaboração de cineastas, jornalistas, pesquisadores e outros professores, com o objetivo de divulgar as várias manifestações da capoeira de forma democrática e imparcial. O conteúdo do portal é baseado em artigos, vídeos, fotos, crônicas e músicas, além de apresentar notícias, eventos, entrevistas e fóruns de discussão sobre o tema. Através de uma análise geral da página, pode-se notar que o local onde ocorriam as maiores discussões era a coluna denominada *Crônicas de Capoeiragem*, escrita por Predo Abib, professor da Universidade Federal da Bahia, músico e capoeirista, focada em histórias, casos, experiências, críticas e opiniões sobre o universo da capoeira. Uma de suas crônicas que obteve um dos maiores números de acessos (setecentos e setenta e seis) e de comentários é intitulada “*Capoeira: esporte olímpico ???*”. Com data de publicação em 23 de março de 2011, aborda a capoeira como um estilo de vida, uma expressão do povo brasileiro, e não como um mero esporte competitivo, que diminuiria sua tradição e memória.

Os primeiros comentários, cerca de 80% do total analisado, concordam plenamente com o autor no sentido de que, se a capoeira virasse um esporte olímpico, seria ressaltada apenas a dimensão de espetáculo conferida às artes marciais – no sentido de que o futuro de um atleta depende de sua visibilidade

no cenário esportivo para receber patrocínios de empresas que pegam carona com tal visibilidade – e não o sentimento que um capoeirista coloca durante a luta. Para justificar seus argumentos, os usuários dão exemplos de como tal cultura está ameaçada pela existência de vários outros sentidos que diferem de seu principal e tradicional, de uma cultura que agrega sentidos à vida em sociedade. Para eles, a despeito de práticas que realmente exaltarão suas origens e reflexões – como sua inserção nas aulas de educação física das escolas – pensar a inserção da capoeira na arena competitiva banalizaria seus sentidos de contribuição para a comunidade, para focar num jogo de superioridade individual e de atribuição de regras que feriria sua essência histórica e ritualística. Com isso seriam deixados de lado todos os sentimentos idiossincráticos que estão presentes em sua prática, como alegria, coragem, autocontrole, disciplina, etc. Porém, os últimos comentários demonstram como a opinião do emissor pode ser confrontada conforme o diálogo se desenrola e os argumentos são expostos. Cerca de 20% dos comentários colocam algumas ideias contrárias quanto à fala do emissor, afirmando que a capoeira, vista de uma maneira diferente do seu sentido tradicional, não implicará necessariamente na perda de sua essência e no abandono de suas peculiaridades, e que a forma como as pessoas se relacionam com a cultura reflete a atual sociedade, que permanece rodeada de uma pluralidade de sentidos e segmentos de atuação. É possível presenciar discussões enriquecedoras quanto ao assunto proposto, ora demonstrando posições contrárias às do emissor, ora as apoiando e acrescentando outros argumentos. Apesar da não manifestação – a favor ou contra os argumentos propostos – do emissor inicial da mensagem, nota-se o potencial reflexivo dos comentários, onde os usuários se expressam de forma livre e criativa e suas reflexões contribuem para a ampliação do capital social da comunidade. O diálogo demonstra o interesse dos usuários no debate de temas contemporâneos e sua preocupação com as vicissitudes da globalização, além de atender ao objetivo do portal de divulgar a capoeira e discutir suas manifestações de forma democrática e participativa.

O segundo caso analisado, e o mais importante para ilustrar a perspectiva apresentada nesse texto, foi o do portal *Overmundo*. O site permite que se conheçam culturas presentes no território nacional, sem custo e em curto espaço de tempo, possibilitando o

acesso a um conteúdo variado de informações através de alguns cliques de mouse. O site apresenta um enorme banco de dados de manifestações culturais de todo o país que não têm espaço em meio à maioria das mídias, oferecendo subsídios para a pesquisa e divulgação dos vários formatos assumidos pela cultura brasileira, pois reúne em um só lugar conteúdos que remetem a manifestações culturais distribuídas em diversos portais dispersos pela rede.

O processo comunicativo analisado se refere a uma música divulgada pelo grupo *Clara Bóia*, de Blumenau (SC), que teve 171 *downloads*. Apesar do diálogo não conferir uma reflexão sobre determinado conteúdo relacionado às características culturais, é importante observar as diferentes localidades dos usuários – Ribeirão Preto, São Paulo, Blumenau, Salvador, Rio de Janeiro – demonstrando seu potencial para mediar a interação entre usuários de diversas regiões do país. O portal disponibiliza ferramentas que permitem a qualquer pessoa participar do mesmo espaço colaborativo de conteúdos, sendo os próprios usuários que produzem, editam e selecionam o que será veiculado, através de arquivos textuais, sonoros, iconográficos e audiovisuais. Essa é principal característica que o diferencia dos outros portais analisados.

O conteúdo do portal é organizado de forma hierárquica através dos tipos de suporte e do local de origem, além de permitir a busca de conteúdo através de palavras-chave. O usuário, ao disponibilizar um conteúdo, é vinculado às *tags*, digitadas livremente, bem como a uma UF, a uma cidade brasileira e a uma grande categoria, como música, poesia ou cinema. Ou seja, o usuário precisa se cadastrar para escrever o que quiser nas seções do portal. O portal possui recursos que ajudam no processo de experiência do usuário, auxiliando a identificar onde ele está, além de permitir uma navegação rápida aos diversos locais da plataforma. Títulos e subtítulos se alteram em fontes e tamanhos que facilitam a leitura, além das cores predominantes combinarem tons de azul, branco e cinza, garantindo boa legibilidade e boa hierarquização do conteúdo. O portal ainda possui botões de votação, de forma rápida e intuitiva, que determinam a organização do conteúdo na página, além de apresentar elementos que permitem a visualização clara de quem é responsável pelas contribuições, permitindo assim uma maior interação entre usuários.

Quando se tem a união de várias comunidades que trabalham espalhadas por todos os estados do país, pode-se contribuir para a divulgação, em nível nacional, da cultura regional. O poder de mobilização social é favorecido através da prática comunicacional descentralizada em torno de interesses comuns, que não são oferecidos por uma instância maior, mas construídos através de um constante jogo de interesses individuais e coletivos que se chocam até chegar a um interesse comum – pelo menos para a maioria que representa a comunidade. O conteúdo construído de forma descentralizada, entretanto, como em qualquer outra formação comunitária, necessita de algumas políticas quanto à entrada de dados e a disponibilização de conteúdo. Todo conteúdo disponibilizado está sob uma licença *Creative Common*, uma tendência que promete ser uma das principais realidades no ciberespaço, pela qual os usuários cedem alguns direitos de seu produto para toda a comunidade, permitindo que as informações disponibilizadas possam ser editadas e recriadas, desde que sem objetivos comerciais e com a referência ao seu mediador. Ou seja, todo o conteúdo do *site* é de responsabilidade dos próprios usuários.

Considerações finais

As alterações no campo social, político, científico e tecnológico pelas quais passa a sociedade contemporânea afetam profundamente o comportamento das pessoas e as relações sociais. A incorporação das TICs na sociedade resulta na aceleração de processos já existentes, como o uso da linguagem, as formas de ler e escrever e a comunicação em geral, modificando a construção da subjetividade e os sentidos da experiência. A leitura não está mais presa ao código formal do livro: em meio digital o texto se transforma em um emaranhado de cadeias imprevisíveis sem uma qualificação hierárquica determinada. Fóruns e comentários estão em constante construção, e, mesmo quando acabados, permitem um contínuo diálogo através de sua narrativa, que atravessa os motivos pelos quais foram gerados. Os pesquisadores das Ciências Sociais (aplicadas ou não) devem adequar seus métodos tradicionais a partir das mudanças da sociedade, mas a cena se torna cada vez mais complexa devido à imprevisibilidade da rede, que se refaz a cada instante, mudando os discursos e a relação entre eles. O valor que se atribui a

alguma informação digital é um valor circunstancial que lhe é atribuído naquele dado instante; num piscar de olhos esse valor pode ser totalmente mudado. Canclini (2007) afirma que mesmo as inovações no campo da arte e as surpreendentes descobertas científicas não são tão capazes de nos assombrar quanto o fato de toda a diversidade do mundo estar cada vez mais presente em cada uma das sociedades devido à globalização, onde a conectividade é capaz de aproximar o que está distante, ou que já estava esquecido, em poucos segundos. Para ele, toda ordem classificatória torna-se questionável uma vez que toda a história da sociedade, as práticas cotidianas e várias previsões para o futuro se encontram no mesmo ambiente virtual, e onde cada informação está distante a um mísero clique de todas as outras.

Segundo o autor, só no ano de 2007 nasceram 27,4 milhões de sites, juntando-se aos outros cem milhões que já existiam. Surgem assim tentativas de definir e classificar essa multiplicação do diferente de modo aberto, através do encontro de várias vozes que criam um saber coletivo de forma flexível, sem atender aos interesses da “cultura dominante”. Como afirma Almeida (2010), são os esquemas socioculturais de interpretação que dão às informações seu *status* e seu valor: as informações são *secundárias* em relação a esses esquemas sociais que permitem separar a informação relevante do “lixo eletrônico”. As redes sociais formadas através de diferentes tipos de comunidades abarcam informações específicas a determinados interesses socioculturais. Portanto, pela posição estratégica que ocupam, os pesquisadores em geral devem afinar suas técnicas para melhor entender os fenômenos sociais que nela se desenvolvem e os quadros simbólicos de interpretação que são construídos e compartilhados, a fim de melhor conhecer esses processos comunicacionais e de oferecer subsídios aos processos de organização das informações nesses espaços. Quanto maior o acesso universal às formas de conhecimento, mais transparentes as informações se tornam, dificultando a manipulação de informações como prática de poder. Na medida em que as TICs possibilitam o conhecimento de muitas realidades, permitindo que se empreenda uma visão mais crítica da própria vida em sociedade, elas também abrem a possibilidade de que os indivíduos ajam em grupo para reivindicar mudanças para uma sociedade mais ética, permitindo assim que grupos e lugares antes esquecidos possam ter seus direitos de cidadania ouvidos.

O conhecimento, hoje, tornou-se um recurso fundamental para os atores conflituais: permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Nas sociedades sempre mais complexas, a cultura torna-se o terreno por excelência dos conflitos.

Os espaços de produção do conhecimento são espaços “políticos” nos quais se encontram e se desencontram demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Do mesmo modo, são espaços que caracterizam e difundem informações. Eles fazem parte daquele espaço público no qual podem ocorrer a participação e a representação das identidades coletivas. Na condição, porém, de que permanecem como espaços abertos ao confronto e à negociação dos interesses. Isso advém quando é reconhecida e salvaguardada a autonomia da função que desenvolvem (MELUCCI, 2001, p.143).

Fazendo eco às observações de Melucci (2001), no momento em que este texto estava sendo concluído, ocorria na esfera pública toda uma discussão relativa à propriedade intelectual e ao controle da internet, opondo corporações, grupos de interesses, instituições, indivíduos e comunidades. É verdade que as intervenções sociais muitas vezes não alcançam as proporções que poderiam, mas ainda assim a união comunitária virtual traz consigo possibilidades antes inimagináveis. A forma como se tem acesso às informações vem se diversificando e esse fator traz consigo uma imensidão de possibilidades aos usuários. As TICs, à medida que permitem um relacionamento emissor-receptor-emissor, trazem consigo novas possibilidades para que comunidades disponibilizem seus conteúdos culturais e criem diversificadas formas de interação a partir deles. Esses sistemas simbólicos medeiam o desenvolvimento social dos indivíduos, através de recortes do real e da aproximação interpessoal. Por outro lado, também se constituem na mais nova arena de disputa sociocultural, o mais novo espaço de disputa pelo poder. Assim, a construção da cidadania ganha mais uma dimensão a ser conquistada.

ALMEIDA, M. A.; NOGUEIRA, J. R. F. Sociotechnical mediation, policies and cultural action: exploring territories. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.131-157, jan./jun. 2013.

■ **ABSTRACT:** *The text weaves considerations about some of the sociocultural processes of mediation that focus on the appropriation of information by users. One issue that deserves special consideration is how the cultural action and cultural policies associated with new technologies have enabled the emergence of new environments for information /communication and resized the relationship between individuals and the production, practice and actual construction of identity and cultural memory. Changes in the processes of cultural production and circulation of cultural information and the manner in which individuals take ownership of them in the contemporary scenario of information and communication technologies (ICTs) will be addressed. In this context, are also discussed issues related to digital inclusion and socio-technical network.*

■ **KEYWORDS:** *Information and Communication Technologies. Mediation. Cultural policie. Cultural action. Sociotechnical networks. Appropriation of information.*

Referências

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.1, n.1, p.1-24, 2008.

_____. Mediações tecnosociais e mudanças culturais na sociedade da informação. *Revista Em Questão*, UFRGS, v.16, n.1, p.113-130, 2010.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado – o papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (Org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CANCLINI, N, G. *Lectores, espectadores e internautas*. Barcelona: Gedisa, 2007.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v.9, n.17, p.235-248, 2005.

CUNHA, N. *Cultura e ação cultural*. São Paulo: Edições SESC, 2010.

DAVALLON, J. La médiation: la communication en procès? *MEI: Médias et Information* (Médiations & Médiateurs), n.19, p.37-59, 2003.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ECO, U. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GRACIOSO, L. de S. *Filosofia da linguagem e ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais*. Rio de Janeiro: IBICT-UFF, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JOÛET, J. Pratiques de communication et figures de la médiation – des médias de masse aux technologies de l'information et de la communication. In: BEAUD, P.; FLICHY, P.; PASQUIER, D.; QUÉRÉ, L. (Orgs.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux/CENT, 1997. p.291-312.

LATOURET, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M. & JACOB, C. (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIEGE, B. *A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social*. São Paulo: Paulus, 2009.

RECUERO, R. C. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHEPS, R. (Org.). *O império das técnicas*. Campinas: Papyrus, 1996.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOLILA, P. *Cultura e economia*. São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2007.

WARSCHAUER, M. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: SENAC, 2006.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Bibliografia consultada

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Sites consultados

OVERMUNDO. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br>>

PORTAL DA CAPOEIRA. Disponível em: <<http://portalcapoeira.com>>

